

# Ensino particular pode fazer greve

BRASÍLIA — As escolas particulares estão ameaçando paralisar o semestre, caso o governo modifique novamente a fórmula de reajuste das mensalidades escolares. Essa é a proposta da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) que será discutida na semana que vem pelas diretorias dos sindicatos de escolas numa reunião em Brasília.

"Não há quem agüente essa interferência constante do governo. Em seis meses, ele baixou dois decretos e já fala num terceiro", reclama o diretor-superintendente da Fenen, Basile Anastassakis, acrescentando: "Nós detestamos decretos". Para a entidade, os preços escolares deveriam resultar unicamente de acordo entre os pais e os donos das escolas e por

isso ela propõe o desrespeito à lei — a paralisação de entidades patronais (chamada locaute) é proibida pela lei de greve.

O superintendente da Fenen também desabafou: "Na hora em que estamos começando a nos entender com os pais, vem o governo e interfere. Não estamos entendendo essa interferência. Ela parece que é feita somente para nos prejudicar".

Para o Ministério da Educação, no entanto, esse entendimento entre pais e escolas não aconteceu até agora. Ele reconhece que "o decreto não está sendo cumprido, principalmente porque faltam bons mecanismos de fiscalização". Por isso, o presidente Sarney soli-

citou, no mês passado, uma revisão desse decreto, de nº 95.921, que desde abril regula o reajuste das mensalidades escolares, especialmente devido à decisão do Conselho Federal de Educação (CFE) de aprovar por recurso de prazo mais de 500 pedidos de reajustes de mensalidades acima do que determina o decreto. "Temos de examinar a legalidade dessa decisão. Essas brechas precisam ser revistas", considera o secretário do MEC, Luiz Bandeira.

Anastassakis, por sua vez, justifica: "O reajuste extraordinário está previsto no decreto e há um prazo de 60 dias para ser analisado". O decreto não determina, porém, que tendo passado esse prazo os pedidos tenham de ser aprovados sem nenhuma análise de mérito.

"Aí foi interpretação da lei e isso não cabe ao Conselho", declarou o vice-presidente da Associação de Pais do Distrito Federal, Omar Abhud, que está entrando com um mandado de segurança contra a decisão do CFE.

## CUBATÃO

Os alunos da Escola Técnica Federal de Cubatão correm o risco de perder o ano letivo pela falta de professores. O problema já foi levado pelos pais dos estudantes até Brasília, mas como a questão da contratação de professores implica transgredir um decreto do presidente Sarney, que prosbe novas admissões no serviço público federal, o ministro da Fazenda, Malisson da Nóbrega, ainda não deu nenhum parecer.